

Brasil

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

I – INTRODUÇÃO

O Tratamento de Dados Pessoais faz parte do curso natural dos nossos negócios e é essencial para que possamos fornecer aos nossos clientes produtos e serviços alinhados aos seus perfis; honrar nossas responsabilidades junto aos nossos Colaboradores e parceiros comerciais; coordenar processos seletivos; e cumprir obrigações contratuais, legais e regulatórias. Prezando pelos compromissos de ética, transparência e segurança que orientam a conduta do **CA BRASIL**, por meio desta Política de Privacidade (“**POLÍTICA**”) buscamos informar de qual forma e com qual propósito desenvolvemos o Tratamento de Dados Pessoais, atentos à importância de promovermos padrões rígidos de confidencialidade ao monitorar e prevenir riscos de violação à privacidade.

Esta **POLÍTICA** constitui parte integrante de todo e qualquer contrato firmado pelo CA BRASIL e qualquer operação de Tratamento de Dados Pessoais por ele realizada, portanto, é muito importante que os Titulares a compreendam e procurem periodicamente verificar quaisquer atualizações. Sempre que necessário, a **POLÍTICA** poderá sofrer alterações que serão publicadas em nossos *websites*. Uma vez publicadas, serão válidas, eficazes e vinculantes.

II – DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Com o intuito de facilitar a compreensão sobre esta **POLÍTICA**, os termos a seguir terão os seguintes significados:

- “**CA BRASIL**” – significa o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e a CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- “**Titular**” – é a pessoa física a quem pertencem os Dados Pessoais. Para os fins desta **POLÍTICA**, o Titular pode ser um dos nossos clientes pessoa física; representantes legais de clientes e de parceiros comerciais; diretores, empregados, *trainees*, estagiários, menores aprendizes, temporários e terceirizados (“Colaboradores”) ou candidatos a quaisquer dessas posições;
- “**Dado pessoal**” – significa toda informação relacionada a um Titular, que permita a sua identificação. Nesta definição, estão incluídos os dados pessoais sensíveis que, para fins desta **POLÍTICA**, são aqueles relacionados à raça ou etnia, filiação a sindicato ou à organização política, saúde, dado genético ou biométrico de um Titular;
- “**Controlador**” – é a pessoa física ou jurídica responsável pela tomada de decisões relacionadas ao Tratamento dos Dados Pessoais dos Titulares;
- “**Co-controlador**” – é a pessoa física ou jurídica que determina, em conjunto com o Controlador, as finalidades e os meios do Tratamento, sendo ambos responsáveis pela tomada de decisões;
- “**Encarregado**” – é a pessoa física ou jurídica responsável pelo canal de comunicação entre o CA Brasil, os Titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- “**Operador**” – é a pessoa física ou jurídica que trata Dados Pessoais em nome do Controlador, seguindo as suas instruções;
- “**Tratamento**” – significa toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a obtenção, acesso, análise, transferência, armazenamento, anonimização, deleção, dentre outras;
- “**Anonimização**” – significa o processo de despersonalização dos Dados Pessoais por meio da remoção de qualquer associação destas informações aos Titulares. Como resultado, um dado anonimizado não é um Dado Pessoal;

- “**Grupo Crédit Agricole**” – significa o conjunto de empresas controladas, coligadas e afiliadas à Crédit Agricole S.A.(Matriz), sociedade devidamente constituída e existente sob as leis da França, que pertencem ou venham a pertencer ao mesmo grupo econômico do CA BRASIL; e
- “**LGPD**” – significa a Lei n.º 13.709/2018, chamada Lei Geral de Proteção de Dados, que disciplina o Tratamento de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

III – NOSSOS COMPROMISSOS

- O CA BRASIL está comprometido a seguir a LGPD e demais normas de proteção de dados aplicáveis, bem como a respeitar todos os direitos dos Titulares com relação aos Dados Pessoais tratados.
- As operações de Tratamento realizadas pelo CA BRASIL são desenvolvidas em observância aos princípios de “Privacy by design” (privacidade desde a concepção dos nossos produtos e serviços) e “Privacy by default” (privacidade como padrão em todos os nossos procedimentos e sistemas), com o intuito de garantir que cada atividade que envolva Dados Pessoais seja realizada prezando pela proteção da privacidade dos Titulares dos dados tratados, desde o seu desenho à sua implementação.
- Caso a finalidade do Tratamento de Dados Pessoais necessite do seu consentimento, este será obtido de forma objetiva e esclarecida através dos nossos documentos.
- Em atenção às melhores práticas de privacidade do mercado financeiro e às garantias delineadas na LGPD, o CA BRASIL está comprometido a limitar o Tratamento à menor quantidade de Dados Pessoais necessária para atender às finalidades descritas nesta POLÍTICA, bem como a excluí-los ou anonimizá-los à medida em que não for mais necessário armazená-los (por força de lei ou não).

IV – OBJETO E ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA

Esta POLÍTICA tem por objeto informar os Titulares sobre as operações de Tratamento de Dados Pessoais realizadas pelo CA BRASIL, bem como sobre os direitos dos Titulares. Ela se aplica à toda operação de Tratamento realizada pelo CA BRASIL com Dados Pessoais, sejam eles diretamente coletados pelo CA BRASIL ou recebidos de outras formas autorizadas pela legislação e regulamentação aplicáveis, independente do meio ou suporte em que forem tratados.

Sugerimos que o Titular acesse regularmente esta POLÍTICA e que observe a data de atualização informada no rodapé, pois ela é regularmente revisada para assegurar a conformidade com leis, regulamentações e novas tecnologias, que podem gerar mudanças nos nossos procedimentos e documentos.

V – DADOS COLETADOS E SUA FORMA DE TRATAMENTO

O CA BRASIL poderá tratar, por exemplo, dados cadastrais, de contato, profissionais, fiscais, econômicos e financeiros, referentes à imagem, e a terceiros relacionados ao Titular (por filiação, poderes de representação, sociedade, etc.). Esses dados podem ser voluntariamente fornecidos pelo Titular ou obtidos através de terceiros, mídias sociais, bases públicas ou privadas, na medida em que permitido por lei e adequado às finalidades do Tratamento. Dados Pessoais classificados como ‘sensíveis’ pela LGPD, como raça, etnia, biometria, associação sindical ou a organização política, ou referentes à saúde do Titular, somente serão tratados para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

Enquanto Controlador, o CA BRASIL apenas trata Dados Pessoais com o respaldo de uma das bases legais previstas na LGPD, que pode ser o consentimento do Titular; o cumprimento de um contrato que firmamos ou firmaremos com ele; o atendimento a uma obrigação legal ou regulatória; ou o alcance dos nossos legítimos interesses, como o cumprimento de diligências estabelecidas em nossas políticas internas de *compliance* e medidas pré-contratuais relacionadas ao estabelecimento da relação de trabalho, sempre de forma a equilibrar nossas necessidades com os direitos e liberdades fundamentais do Titular.

Caso haja a necessidade de Tratamento de Dados Pessoais de Titulares **crianças ou adolescentes**, ou considerados, **civilmente, absoluta ou relativamente incapazes**, sejam eles clientes ou Colaboradores, o CA BRASIL solicitará aos pais, responsável legal, assistente ou representante legal, a assinatura de instrumento específico para que consinta com o Tratamento.

Informamos que nossos escritórios e demais dependências, bem como os condomínios no quais localizados, podem coletar dados pessoais, gravações de imagem e voz dos Titulares, visitantes ou terceiros, com objetivo de garantir a segurança e bem-estar de todos. Ainda, durante o período da pandemia do vírus COVID-19, nossos escritórios e demais dependências, bem como os condomínios, podem aferir a temperatura dos Titulares, visitantes ou terceiros, a fim de atender à legislação e protocolos de segurança e sanitização aplicáveis que tratam de saúde pública. O CA Brasil não armazena esses dados, que são automaticamente excluídos após a sua verificação.

VI – ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O período de armazenamento pelo qual o CA BRASIL manterá os Dados Pessoais depende da finalidade para a qual foram coletados. O Tratamento se prolongará enquanto necessário para a prestação de serviços, a relação comercial, de trabalho ou aprendizado, a condução do processo seletivo, e/ou para o cumprimento de obrigações pré-contratuais ou contratuais, legais, regulatórias e de políticas internas de *compliance* e gerenciamento de riscos, de modo a viabilizar o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das nossas atividades, bem como para o exercício regular de direitos em processos administrativos, judiciais e arbitrais.

Mesmo que constatado o encerramento do relacionamento comercial, de trabalho ou aprendizado, ou a solicitação de exclusão da base de dados pelo Titular, os dados poderão ser, na medida em que necessário, mantidos pelo CA BRASIL a fim de que este cumpra obrigações legais ou regulatórias aplicáveis, estritamente pelo período delimitado nestas normas.

À medida em que não houver finalidade legal, regulatória ou comercial para o armazenamento dos Dados Pessoais, essas informações serão excluídas das bases de dados do CA BRASIL ou retidas de forma anonimizada e para uso exclusivo do CA BRASIL.

Caso o Titular deseje que o CA BRASIL não mais realize o Tratamento dos seus Dados Pessoais, deve entrar em contato com o(a) nosso(a) Encarregado(a), através do e-mail dpo.brazil@ca-cib.com. A eliminação dos dados poderá impedir o prosseguimento do relacionamento do Titular junto ao CA BRASIL ou da sua participação em processo seletivo.

VII – TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA TERCEIROS

O CA BRASIL poderá compartilhar com terceiros os Dados Pessoais coletados no âmbito da sua relação com o Titular, o que poderá ser feito, por exemplo, para:

- Suporte aos nossos negócios, processos seletivos, e atividades profissionais das nossas equipes por empresas controladas, controladoras ou afiliadas ao CA BRASIL, parceiros comerciais, prestadores de produtos e serviços, casos nos quais será limitada a quantidade de Dados Pessoais divulgados àqueles necessários para o cumprimento de políticas do Grupo Crédit Agricole ou para a prestação dos produtos ou serviços contratados pelo CA BRASIL;
- Cumprimento de obrigações contratuais, legais ou regulatórias, ou para atender a decisões judiciais, administrativas ou arbitrais; e,
- Para reportar às autoridades governamentais locais ou estrangeiras aplicáveis sobre condutas e transações que, de boa-fé, o CA BRASIL acredita serem ilegais; em situações que envolvam ameaças à manutenção das suas atividades ou à segurança física de qualquer pessoa; ou quando a divulgação for necessária de modo razoável para a proteção dos direitos e propriedades do CA BRASIL.

A transferência de dados para terceiros, sejam eles Operadores, Controladores, ou Co-controladores, somente se dará quando verificado o compromisso destes agentes com a privacidade dos Titulares e declarada a adoção das medidas de segurança, técnicas, físicas e organizacionais aptas a proteger os Dados Pessoais. Providências serão adotadas pelo CA BRASIL a fim de proteger os Dados Pessoais contra acessos não autorizados e acidentais, ou contra situações ilegais durante as transferências.

VIII – TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Considerando que o CA BRASIL faz parte de um grupo econômico internacional com sociedades localizadas em diversas partes do mundo e matriz em território francês, **o CA BRASIL poderá transferir Dados Pessoais dos Titulares entre as empresas do Grupo Crédit Agricole, como parte do curso normal de suas atividades.**

Nas hipóteses de transferência internacional de Dados Pessoais, o CA BRASIL adotará as medidas adequadas para proteger tais dados de acordo com esta POLÍTICA, o que inclui a implementação de cláusulas contratuais a serem estabelecidas junto a qualquer agente localizado fora do território brasileiro, exigindo que eles também adotem medidas razoáveis de segurança que proporcionem grau de proteção de Dados Pessoais adequado ao previsto na LGPD. Em função da transferência para território internacional, os Dados Pessoais podem estar sujeitos a leis estrangeiras e podem ser acessíveis a autoridades governamentais, juízos e agências regulatórias estrangeiras.

O CA BRASIL assegura, ainda, que operações de transferência internacional de dados se darão apenas para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção semelhante ao previsto na legislação brasileira e que serão tomadas as medidas adequadas para garantir que eles estarão em segurança.

IX – SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

O CA BRASIL emprega medidas de segurança técnicas, físicas e organizacionais aptas a proteger os Dados Pessoais, inclusive contra acessos não-autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação, ou ainda, qualquer forma de Tratamento inadequada ou ilícita. Os Dados Pessoais serão armazenados em ambiente seguro, observado o estado da técnica e tecnologia disponíveis, e somente poderão ser acessados por pessoas qualificadas e autorizadas pelo CA BRASIL.

Apesar do uso de medidas de segurança que ajudam a proteger os Dados Pessoais contra distribuição não-autorizada, má utilização ou alteração, em função da estrutura e dos riscos inerentes à *Internet*, não é tecnicamente possível garantir a completa segurança das informações fornecidas, de modo que o CA BRASIL não se responsabiliza por violações de segurança que fujam ao seu controle razoável.

Na hipótese de uma violação de sistemas de segurança, tomaremos as medidas cabíveis para conter e mitigar eventuais danos, e o Titular será devidamente notificado, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis.

Os Dados Pessoais não serão transferidos, vendidos, alugados ou divulgados de qualquer maneira que não esteja em conformidade com esta POLÍTICA, ou conforme permitido ou previsto pela legislação aplicável, ou com o consentimento do Titular.

X – DIREITOS DO TITULAR

O Titular dos Dados Pessoais tratados pelo CA BRASIL possui uma série de direitos relacionados à gestão e proteção dos seus dados, conforme exemplificado abaixo:

1. **Direito de Confirmação da Existência de Tratamento:** a qualquer momento, o Titular tem o direito de confirmar se o CA BRASIL está tratando quaisquer Dados Pessoais a ele relacionados;
2. **Direito de Acesso:** o Titular tem o direito de solicitar que o CA BRASIL divulgue ou forneça o acesso, de forma clara e adequada, às informações relacionadas ao Tratamento de seus Dados Pessoais, juntamente com as categorias de fontes das quais eles foram coletados, a finalidade do seu Tratamento, o período durante o qual elas serão armazenadas e as categorias de terceiros com quem compartilhamos seus Dados Pessoais;
3. **Direito de Correção:** o Titular tem o direito de exigir a correção de quaisquer dados incorretos, incompletos ou desatualizados que o CA BRASIL mantenha;
4. **Direito de Anonimização:** o Titular tem o direito de exigir que seus Dados Pessoais sejam tratados de uma forma que não mais possam ser associados direta ou indireta a ele. Isso somente é possível em situações em que os Dados Pessoais em questão forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD;
5. **Direito de Bloqueio:** o Titular tem o direito de solicitar a interrupção do Tratamento dos seus Dados Pessoais pelo CA BRASIL. Isso somente é possível em situações em que os Dados Pessoais em questão forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD;
6. **Direito de Exclusão:** o Titular tem o direito de solicitar que os seus Dados Pessoais coletados pelo CA BRASIL sejam excluídos. Isso somente é possível em situações em que os dados em questão foram coletados com o consentimento do Titular, ou se esses dados forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD. Observe, entretanto, que em certas situações o CA BRASIL não é obrigado a excluir esses Dados Pessoais, por exemplo: (i) quando os dados são necessários para completar a

operação para a qual seus dados foram coletados; (ii) para fornecer um produto ou serviço solicitado pelo Titular ou pessoa que ele representa; (iii) para cumprir uma obrigação legal, contratual ou regulatória; (iv) para garantir a integridade e segurança do nosso sistema; ou (v) de outro modo utilizar seus dados previamente anonimizados internamente de forma legítima;

7. **Direito de Portabilidade (Transferência):** o Titular cliente pessoa física tem o direito de solicitar e receber seus Dados Pessoais em um formato estruturado, comumente utilizado e legível por máquina, de forma que o Titular possa transmiti-los a outro Controlador, nos termos da regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
8. **Direito de Informação:** o Titular tem o direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais seus Dados Pessoais são compartilhados, e também de ser informado sobre a possibilidade de negar o consentimento e sobre as consequências dessa negação;
9. **Direito de Revogação de Consentimento:** o Titular tem o direito de revogar o seu consentimento, por meio de um procedimento gratuito e facilitado. A partir do momento em que o Titular revogar seu consentimento, o CA BRASIL não mais tratará quaisquer dos Dados Pessoais para as finalidades com respaldo em seu consentimento anterior; e
10. **Direito de Revisão de Decisões com Base em Tratamento Automatizado:** o Titular tem o direito de acessar informações claras e adequadas com relação aos critérios e procedimentos utilizados para gerar uma decisão que foi tomada somente com base em Tratamento automatizado de seus Dados Pessoais.

XI – O ENCARREGADO E A RECEPÇÃO DE SOLICITAÇÕES DOS TITULARES

Caso o Titular tenha eventuais dúvidas sobre as práticas adotadas pelo CA BRASIL em relação aos seus Dados Pessoais, ou ainda, deseje exercer seus direitos ou fazer eventuais comentários sobre esta POLÍTICA, deve entrar em contato conforme as informações abaixo e comunicar sua solicitação ao(à) Encarregado(a) do CA BRASIL:

Nome do(a) Encarregado(a) “DPO”: Caroline Daruich
E-mail: dpo.brazil@ca-cib.com

BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.
Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo-SP
Telefone: (11) 3896-6300

À medida em que o CA BRASIL valoriza a segurança e a confidencialidade dos Dados Pessoais, o exercício desses direitos pelo Titular dependerá de uma prévia validação da sua identidade, necessária para que o CA BRASIL possa se certificar de que o Titular é a pessoa a respeito de quem foram coletados os dados. Para tanto, o Titular deverá fornecer uma cópia digitalizada de um documento de identidade oficial, juntamente com sua solicitação, para fins de verificação.

Os direitos do Titular se aplicam aos Dados Pessoais que são controlados ou compartilhados pelo CA BRASIL, nesse sentido, terceiros Operadores que receberam os dados para alguma das finalidades descritas acima serão notificados para que tomem todas as medidas necessárias a fim de cumprir as suas solicitações.

Caso a solicitação seja recepcionada pelo CA BRASIL através de outros canais, como algum departamento comercial, Ouvidoria, Canal de Comunicação, recepção ou Recursos Humanos, será direcionada ao(à) Encarregado(a), que entrará em contato com o Titular e tomará as providências necessárias para o seu adequado atendimento.

A presente POLÍTICA deverá ser interpretada segundo a legislação brasileira aplicável, mais especificamente de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

Nos reservamos o direito de atualizar ou modificar esta POLÍTICA a qualquer momento e sem notificação prévia.